

in Cabral, M. Villaverde; Vala, Jorge; Freire, André (Orgs), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*. Lisboa: ICS, 2003, pp. 69-105.

ELÍSIO ESTANQUE
Centro de Estudos Sociais
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

O ‘efeito classe média’ – desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI*

1. Introdução

Um dos fenómenos estruturais que mais tem animado os debates teóricos no campo das ciências sociais desde meados do século XX prende-se com a chamada classe média. Trata-se como é sabido de um conceito pouco rigoroso e que encerra múltiplas ambiguidades. Mas, se é verdade que a discussão à volta deste assunto nos remete para os próprios fundadores da sociologia, foi na sequência do vigoroso impulso de desenvolvimento tecnológico que as economias ocidentais levaram a cabo, sobretudo no pós-guerra, que o fenómeno se tornou alvo de maior atenção e deu azo a inúmeras polémicas no terreno sociológico, atravessando correntes teóricas diversas, nomeadamente marxistas, funcionalistas e weberianas. Desde então, a expressão vulgarizou-se cada vez mais e foi-se inscrevendo na linguagem comum.

É precisamente à luz dessa vulgarização do conceito que me permito fazer uso da formulação que escolhi para título deste texto: *o efeito classe média*. Com esta expressão pretendo realçar a ideia de que para lá da existência de uma classe média “real”, pode conceber-se a presença de uma classe média “virtual”, ou seja, pressupõe-se que as adesões e demarcações sociais que a simples referência a essa vaga e imprecisa “mancha” sociológica – que se posiciona algures entre as classes dominantes e as classes trabalhadoras manuais –, possui um alcance significativo na modelação das representações sociais, e portanto, adquire consequências efectivas no terreno das

* O presente texto é parte do projecto *Orientações perante as Desigualdades Sociais*, sediado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, coordenado por Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala e André Freire e inserido na rede internacional ISSP – International Social Survey Programme. Aguarda publicação na colecção *Atitudes Sociais dos Portugueses*, ICS/ Imprensa de Ciências Sociais. Foi recentemente publicado, numa primeira versão, em *Oficina do CES*, nº 172 (Coimbra, Centro de Estudos Sociais).

práticas e das expectativas subjectivas, sejam elas de identificação com os padrões de vida de classe média, sejam, pelo contrário, de demarcação face a essa categoria.

Assim, a noção de classe média serve aqui de fio condutor para uma análise em que se justapõem duas perspectivas distintas: por um lado, a classe média enquanto categoria objectiva, isto é, um campo de afluência que oferece oportunidades de acesso a padrões de vida melhorados a amplos sectores da classe trabalhadora oriundos de segmentos mais desapossados; por outro lado, a classe média enquanto categoria subjectiva, isto é, referência simbólica propiciadora de ilusões de oportunidade, criadora de atitudes adaptativas e de aceitação, que funciona como mecanismo de integração do sistema social, assegurando assim a reprodução das próprias desigualdades sociais. Estas duas perspectivas, apesar de aparentemente opostas, não só constituem – qualquer delas – dimensões concretas da realidade social como cada uma delas funciona como factor potenciador do significado social da outra.

Esta orientação genérica serve de ponto de partida à análise dos resultados do inquérito às desigualdades sociais (no âmbito do projecto ISSP), onde se interpretam comparativamente quatro países – Portugal, Suécia, Canadá e República Checa. Para isso, apresenta-se, como se verá adiante, uma tipologia de categorias de classe, elaborada com base no modelo de Erik Olin Wright (1989) e já utilizada em estudos anteriores sobre a sociedade portuguesa (cf. Estanque, 1997 e 2000; Estanque e Mendes, 1998), a qual servirá de base para verificar correspondências entre as diferentes posições de classe objectivas e as atitudes e orientações subjectivas.

2. Velhos e novos problemas em torno da classe média

Como se sabe, a questão das desigualdades de classe só começou a ser vista pelos pensadores ocidentais como um “problema” a partir do momento em que, na sequência das grandes revoluções que conduziram ao desmoronamento do regime feudal, as classes ou as velhas ordens deixaram de justificar-se por desígnios naturais ou divinos e passaram a ser entendidas como fenómenos eminentemente sociais. Embora o processo histórico e civilizacional do Ocidente encerre, como se sabe, múltiplas lutas e revoluções violentas ao longo dos séculos, é só na primeira metade do século XIX que a *questão social* ganha verdadeira dimensão política e passa a merecer a atenção dos estudiosos. Mais do que a igualdade dos indivíduos perante a lei, consagrada pelo movimento iluminista, é a ameaça das “classes perigosas” e do movimento operário nascido da revolução industrial, que obrigam o Estado burguês a um verdadeiro esforço

de enquadramento e integração social dos trabalhadores e grupos sociais despossuados. Os primeiros pensadores das ciências sociais e da sociologia – tais como A. Comte, Saint Simon, H. Spencer, Marx, Weber, Durkheim, Tocqueville, por exemplo –, dedicaram grande parte das suas obras ao fenómeno da integração, das desigualdades sociais e da mudança. Todavia, no que respeita à questão particular das classes médias, até às primeiras décadas do século XX as principais referências que lhes foram dirigidas cingiam-se ao problema do acesso à propriedade, num contexto em que a intensidade da actividade económica e a das trocas comerciais vinha favorecendo o enriquecimento e a ascensão social de novos segmentos da população.

A temática da classe média revestia-se nesta altura de contornos bem diferentes daqueles que viria a assumir mais tarde, com a emergência das novas categorias de trabalhadores assalariados. Max Weber, o clássico que mais directamente inspirou as teorias da estratificação social, anteviu com clarividência a importância decisiva das qualificações e habilidades como recursos decisivos para as oportunidades de mercado dos indivíduos e, portanto, factores de diferenciação entre as “classes”. Para este autor, a questão da propriedade é importante, sobretudo pelos direitos a ela associados que conferem diferentes possibilidades na esfera do mercado, pois, daí resultam evidentes discrepâncias de poder negocial, ou seja, de oportunidades no mercado de trabalho¹. Mas foi principalmente a ênfase colocada no diferencial de habilidades e recursos inalienáveis entre os não-proprietários que, como hoje se pode comprovar, conferiu a Weber maior actualidade neste domínio, nomeadamente ao contrariar Marx em dois aspectos fundamentais: primeiro, quanto à capacidade da “situação de classe” determinar, por si só, as formas de acção colectiva; segundo, quanto às vantagens que os dominados poderiam retirar de uma – em sua opinião improvável – “luta de classes”².

Os fenómenos da mobilidade social, hoje como ontem, continuam a marcar a orientação subjectiva da acção e a desempenhar, ao nível do sistema social geral, um

¹ Uma visão abertamente contrária à de Marx, que embora tenha identificado diferentes fracções e classes médias entre os proprietários, nunca atribuiu relevância às diferenças de recursos entre os assalariados.

² Por exemplo, as “guerras de preços” entre artesãos e distribuidores constituíam um exemplo de antagonismos que redundava em prejuízo do próprio fabricante e muitas vezes em benefício de terceiros, neste caso os banqueiros e rentistas. A ênfase atribuída ao *status* enquanto dimensão estruturante das relações sociais, permite conceber a riqueza, o poder e o privilégio não apenas enquanto factores de desigualdade, mas também enquanto elementos revestidos de uma capacidade simbólica geradora de identificações colectivas. O poder do dinheiro pode adquirir por si mesmo uma prerrogativa honorífica e, como lembra Weber, as desigualdades de *status* não impediram algumas experiências de socialismo patriarcal ou alianças entre a nobreza empobrecida e o proletariado na luta contra a burguesia, nos primórdios do capitalismo moderno. Não obstante a questão das demarcações e permutas entre estratos

papel decisivo. A concepção de Alexis de Tocqueville sobre o papel da classe média na manutenção da ordem social, pode ajudar-nos a situar o problema. Considerando que as revoluções se destinam em geral a consagrar ou a destruir a desigualdade, visto que “ou os pobres tentam tomar os bens dos ricos ou os ricos tentam aguilhoar os pobres”, aquele autor sustentava que numa sociedade em que cada um tenha algo a guardar e pouco a tomar, será difícil a ocorrência de revoluções violentas. Nas sociedades democráticas, em comparação com as velhas aristocracias, os pobres são em pequeno número e além disso não estão ligados por laços de uma miséria irremediável e hereditária, enquanto que os ricos, além de pouco numerosos, não permitem que os seus privilégios atraiam os olhares como acontecia com a riqueza fundiária. Isto é, os ricos não constituem uma classe à parte que facilmente possa ser definida e despojada. Entre estes dois extremos “acha-se uma multidão inumerável de homens quase idênticos que, sem serem precisamente ricos ou pobres, possuem bens suficientes para desejar a ordem, mas não os têm em demasia para suscitar a inveja”. O espírito empreendedor atribuído por Tocqueville à pequena burguesia proprietária do século XIX pode ajudar-nos a situar as orientações subjectivas das classes médias na actualidade. E o autor resumia as atitudes prevalentes entre estes segmentos intermédios da sociedade: sem dúvida que não vivem satisfeitos, mas mantêm com ardor inigualável o desejo de enriquecer, embora esse desejo tenda a permanecer dentro dos limites necessários, porque o facto de viverem numa situação de relativo conforto, que é tão afastada da opulência como da miséria, leva-os a atribuir aos seus bens um preço imenso (Tocqueville, 1988: 272-273)³.

Se bem que esta visão possa adequar-se, em alguns aspectos, aos dias que correm, seria cair no erro reducionista circunscrever as práticas e subjectividades das classes médias das sociedades avançadas a esta orientação individualista e politicamente conformista. É sabido que esta perspectiva liberal foi bastante redutora, tal como hoje é conhecido o papel das classes médias urbanas na promoção de novos movimentos sociais e novas formas de acção colectiva. As análises do funcionalismo americano, por exemplo (que têm em Talcott Parsons e Davis e Moore as principais referências), tendo

sociais diferentes terem no século XIX sido marcados por dinâmicas próprias da época, as articulações entre desigualdades económicas e diferenças de prestígio, de “honra” e de *status* permanecem actuais.

³ “Como estão ainda muito próximos da pobreza, vêm de perto os seus rigores, e temem-nos; entre ela e estes mais não há que um pequeno património sobre o qual fixam imediatamente os seus temores e as suas esperanças. A cada instante, interessam-se primeiro pelos cuidados constantes que ele lhes dá e ligam-se-lhes cada vez mais pelos esforços diários que fazem para o aumentar. A ideia de ceder a menor

herdado de Weber os pressupostos individualistas e a preocupação com a adaptação entre a orientação subjectiva da acção e a preservação da ordem social, ampliaram ao máximo o idealismo normativo e afastaram da teoria as questões do poder e da dominação, tão enfatizadas por Weber (cf. Almeida, 1984).

A partir de meados do século XX novas tendências de mudança foram sendo detectadas nos estudos em torno da classe média⁴: 1) as novas divisões internas no seio dos assalariados – entre manuais e não manuais, entre tecnocratas e burocratas – como resultado da mecanização e profissionalização da gestão, conduziram a profundas transformações da estrutura produtiva; 2) o papel do mercado e da concorrência individual para aceder a posições mais compensatórias teve consequências no acicatar do individualismo entre estes novos sectores da classe média, favorecendo a adesão à ideologia liberal e ao princípio da meritocracia individual; 3) a crescente diferenciação interna da classe média assalariada e as novas tensões e clivagens no seu seio, como reflexo dos efeitos colaterais da reestruturação geral do mercado de emprego, ou seja, a emergência de novas profissões gerou novas lógicas de autodefesa, nomeadamente por parte de sectores e categorias profissionais em declínio; 4) aumento dos níveis de sindicalização em alguns dos segmentos da classe média, reflexo de que os fenómenos da mobilidade caminham de par com o problema da conflitualidade social (Erikson e Goldthorpe, 1992)⁵; 5) novos padrões de formação de classes e crescimento de novas clivagens e novas polarizações de tipo pós-fordista e pós-industrial, designadamente com o aparecimento de segmentos proletarizados no sector dos serviços (Esping-Anderson, 1993); 6) emergência de novas modalidades de luta de classes e novos

parte dele é-lhes insuportável e consideram a sua perda como a última das infelicidades” (Tocqueville, 1988: 273).

⁴ Nomeadamente através de autores como David Lockwood (1966 [1958]), Ralf Dahrendorf (1982 [1959]), David Lockwood (1966); J. Goldthorpe, 1969, 1980; Erikson e Goldthorpe, 1992; Parkin, 1968, 1978 e 1979; Bourdieu (1979).

⁵ Os estudos conduzidos por John Goldthorpe propuseram uma nova abordagem das classes e da mobilidade, sustentando que é ao mercado e às relações de trabalho que cabe o papel decisivo na estruturação das classes e dos processos de mobilidade social. Não é tanto o trabalho e as suas tarefas que, de *per se*, determinam as desigualdades de classe, mas as relações de regulação forjadas a partir da esfera produtiva. O conceito de *classe de serviço* foi formulado nos seguintes termos: “os empregados prestam um serviço à empresa empregadora em troca de ‘compensações’ que tomam a forma não apenas de uma recompensa salarial, com todos os seus pré-requisitos, mas que incluem também importantes elementos prospectivos – por exemplo, aumentos salariais em condições estabelecidas, condições de segurança e assistência, quer no emprego quer através de direitos de protecção na reforma e, acima de tudo, oportunidades de carreira bem definidas” (Erikson e Goldthorpe, 1992: 41-42). Segundo estes autores, apesar do constante crescimento dos novos sectores de funcionários e trabalhadores assalariados qualificados, as tendências mais gerais apontam para um aumento da heterogeneidade nesses sectores, enquanto nas camadas superiores da classe média não proprietária parece verificar-se na última década uma crescente homogeneidade (Goldthorpe, 1995).

movimentos sociais que simultaneamente se afastaram do modelo marxista e do puro individualismo, promovendo um novo radicalismo de classe média (Parkin, 1968; Eder, 1993).

Podem sintetizar-se nos seguintes termos os pressupostos teóricos que subjazem à análise que a seguir se apresenta. Ao contrário da tradição polémica que no passado acompanhou discussões deste teor, entendo que os estudos actuais em torno desta temática ganharão em capacidade analítica e reflexiva se conseguirem captar, e simultaneamente ultrapassar, perspectivas teóricas que antes permaneceram conflituais. A realidade social em geral e as dinâmicas de transformação que acompanham as sociedades modernas, para além da sua complexidade, assentam em processos contraditórios onde se conjugam dialecticamente dicotomias outrora consideradas antagónicas⁶. Linhas de ruptura e de continuidade, lógicas de integração e de conflitualidade, mecanismos de dominação e de democratização participam igualmente em tais processos, o que exige da nossa parte um olhar sobre a sociedade que não se compadece nem com leituras lineares e institucionais de cariz mais ou menos positivista, nem com visões românticas e normativas de feição mais ou menos conspirativa. As sociedades democráticas avançadas entraram num ritmo de mudança rápida que produz e reproduz novas e velhas formas de desigualdade, do mesmo passo que disponibiliza novos meios e plataformas de oportunidade. Produzem-se novas vias de acesso e de inclusão do mesmo passo que se criam novas injustiças e exclusões. As lógicas sociais e institucionais em que assentam os processos de mudança social são marcadas por uma complexidade e fluidez crescentes. Mas continuam a obedecer a dinâmicas estruturais que, além de invisíveis em si mesmas, conseguem recriar de modo alargado amplas zonas de invisibilidade. São estes efeitos de opacidade que, no plano das subjectividades, contribuem para acomodar os indivíduos sob ilusões – ou se quisermos, sob ideologias – poderosíssimas. É por isso que a análise das estruturas “objectivas” produtoras de desigualdade, deve ser articulada com os efeitos “subjectivos”, já que é entre essas duas vertentes que poderemos captar o sentido das práticas e da acção social – conduzidas individualmente ou colectivamente – onde se reflecte a relação entre as instituições e a sociedade mais geral.

3. Desigualdades e subjectividades

⁶ De que são exemplo as velhas discussões – hoje em dia um tanto anacrónicas – em torno das teses do “emburguesamento” *versus* “proletarização”.

A análise comparativa que seguidamente passarei a apresentar pressupõe, assim, que as desigualdades sociais assentam em conflitos de interesses e em barreiras sociais, ou seja, clivagens de classe que se combinam com oportunidades efectivas de ascensão social. Porém, falar em interesses antagónicos, ou em clivagens de classe, não significa pressupor que tais situações se revertam necessariamente em lutas de classes no sentido marxista. Já mostrei noutro lugar a evidente dissociação entre a condição de classe e a chamada consciência de classe (Estanque, 1997, Estanque e Mendes, 1998). Entre as posições de classe ou mesmo os “interesses”, e as orientações subjectivas dos actores interpõem-se sem dúvida uma infinidade de mecanismos socioculturais estruturadores da acção e das expectativas. Mas, ao mesmo tempo, as diferenças de condição – portanto, de classe – não obedecem a simples diferenças de *status*, antes incorporam recursos estruturais. E estes afirmam-se e reproduzem-se na sociedade assentes em poderes que são tanto mais eficazes quanto se tornam obscurecidos por essa diversidade de mecanismos nos quais se incluem, por exemplo, os grupos de referência, a modelação das expectativas de vida com base nas trajectórias e contextos de sociabilidade ou o fenómeno da privação relativa (veja-se Almeida, 1984 e 1986; Almeida *et al.*, 1994; Costa *et al.*, 1990; Parkin, 1978 e 1979).

A própria noção de *classe média*, pela aura de sedução que faz incidir em diversas categorias de classe, promove mecanismos reguladores com indiscutível impacto na sociedade. Do mesmo modo que os efeitos da mudança estrutural tendem a obscurecer no plano subjectivo a consciência das distâncias sociais percorridas, também a nível individual as experiências de ascensão social, tendem a fazer perder de vista os novos patamares que os estratos superiores entretanto alcançaram – o chamado efeito *escada rolante*, referido por Ferreira de Almeida (1986). Se, na luta mais geral pela usurpação e exclusão de posições de *status* desejáveis os mecanismos de demarcação e distinção são em larga medida opacos para os indivíduos (em especial para os sectores menos investidos de capital cultural), sabemos que a experiência subjectiva, mesmo quando repousa em imensas ilusões, tem consequências indiscutíveis no plano das práticas e das identidades sociais, como ilustra o clássico conceito mertoniano das *self-fulfilling prophecies*. Quer isto dizer que a afluência e a ilusão de afluência são dimensões mutuamente imbricadas e ambas têm um alcance indubitável no plano prático⁷.

⁷ Para usar uma formulação da psicologia social, pode dizer-se que as representações subjectivas não são determinadas directamente pela situação objectiva, antes passando por processos mais profundos em que

A matriz de análise marxista que aqui se utiliza para estabelecer a tipologia de classes, justifica-se na base de pressupostos do mesmo tipo. Ou seja, os recursos – de poder, de qualificações e de propriedade – são estruturalmente persistentes e assumem a forma de apropriação dos privilégios por parte de uns, a expensas do esforço acrescido ou da exclusão de outros (veja-se Estanque e Mendes, 1998). E isto acontece não apenas segundo a velha dicotomia de Marx (entre capitalistas e trabalhadores), mas também entre as categorias de classe incluídas no sector dos assalariados. Na verdade, este modelo analítico formulado por Erik Olin Wright (1985, 1999), que surgiu na sequência das antigas discussões entre autores marxistas a propósito do papel dos assalariados da classe média – se eram parte da “nova pequena burguesia” ou antes “lugares contraditórios nas relações de classe” (Poulantzas, 1974; Wright, 1981) –, parece bem ajustado a estudos que tomam as posições de “classe média” como objecto de análise e permitem-nos desenvolver a análise a partir do cruzamento entre essas categorias de classe (objectivas) e as atitudes (subjectivas) dos indivíduos.

Evidentemente que a dimensão do consumo joga aqui um papel fundamental e por esta via ela ganha um novo relevo no plano das subjectividades, visto que se inscreve nas trajectórias e experiências dos agentes sociais e, deste modo, incide sobre os processos de acção e de classificação, modeladores dos estilos de vida e dos *habitus* individuais ou de classe (Bourdieu, 1979). Dir-se-á que é cada vez mais incontornável o extraordinário papel que o mercado (de bens materiais e simbólicos) vem desempenhando na modelação das práticas e atitudes das classes trabalhadoras, dos sectores manuais aos administrativos, hoje bem visível através da panóplia de oferta nesse domínio, do *Shopping* às audiências televisivas, do telemóvel ao automóvel.

Todavia, continuam a ser essencialmente os recursos que os indivíduos mobilizam a partir das condições que ocupam na esfera profissional os que directamente possuem maior relevância na respectiva situação de classe. É, pois, necessário ter presente a estreita articulação entre a produção e o consumo na forma como ambas as dimensões se conjugam na estruturação das orientações subjectivas e das oportunidades efectivas. São conhecidas as novas tendências que a globalização das economias vem impondo às condições de trabalho, desestruturando o conceito de emprego e fazendo emergir novas formas de precarização, de flexibilidade, de insegurança e de risco – do trabalho domiciliário ao emprego precário, dos *Mcjobs* à nova violência simbólica no terciário –,

o subconsciente interage com a reflexividade na estruturação das identidades pessoais recriando a experiência vivida e organizando os mecanismos cognitivos da percepção (Vala, 1986).

fenómenos estes que estão a alterar profundamente a estrutura das classes e a conferir-lhe uma maior maleabilidade. Em face da crescente instabilidade e da multiplicação de formas e mecanismos de desigualdade, as classes constituem hoje uma dimensão entre outras – que podem ser de carácter sobreclassista, subclassista ou intraclassista – que marcam as diferenças na distribuição dos recursos e das oportunidades. Fará, portanto, pouco sentido esperar que a classe “determine” as orientações e as atitudes individuais. Mas isso não significa que as barreiras de classe tenham desaparecido. Embora sob o impulso de novas dinâmicas, as desigualdades estruturais persistem e reinventam-se permanentemente sob novas formas, estruturando e modelando as próprias orientações e expectativas individuais. Nessa medida, é fundamental observar e discutir, com base na análise comparativa, o modo como se perfilam as configurações estruturais de diferentes países, tanto no plano das estruturas de classe como no plano das atitudes subjectivas face às oportunidades e às desigualdades.

3.1. A estrutura das desigualdades

Importa recordar que a tipologia das categorias de classe elaborada para este estudo foi construída com base no modelo de Erik Olin Wright, na qual os critérios da propriedade dos meios de produção, das qualificações e recursos educacionais, e da autoridade se encontram combinados. Em termos simples pode dizer-se que os *Empregadores* correspondem aos indivíduos com propriedade dos meios de produção e que empregam força de trabalho assalariada (e que têm pelo menos um empregado); a *Pequena Burguesia* refere-se aos indivíduos que trabalham por conta própria, sem nenhum empregado assalariado; os *Gestores* são os empregados das categorias técnicas superiores e dirigentes que ocupam posições de chefia e com níveis de instrução superior ou média; os *Supervisores* correspondem aos empregados das categorias técnicas intermédias, com posições de chefia/ supervisão e com níveis de instrução média/ superior, secundária ou primária; os *Trabalhadores Semi-Qualificados* são uma categoria que reúne os assalariados das categorias técnicas intermédias, sem posições de chefia/ supervisão e possuidores de uma instrução de nível secundário ou superior, com os trabalhadores manuais qualificados e semi-qualificados com pelo menos o ensino secundário completo; e finalmente os *Proletários* correspondem aos trabalhadores manuais não-qualificados, somados aos empregados do sector terciário sem posições de chefia/ supervisão e com níveis de instrução inferiores ao ensino secundário.

Comecemos por observar, no Quadro 1, a estrutura das categorias de classe apresentada por cada um dos países considerados. Em termos globais a tipologia apresenta para todos os países uma configuração que se aproxima da forma piramidal, se bem que com contornos e nuances que importa comentar. Portugal apresenta o maior volume de empregadores e uma presença ainda significativa da pequena burguesia, bem maior que qualquer dos restantes países, e particularmente contrastante com o caso da Suécia. De um modo geral, pode dizer-se que as diferenças entre os dois países mais industrializados (Suécia e Canadá) e os dois menos industrializados (Portugal e República Checa) se repercute nos resultados obtidos, uma vez que, como se pode observar, enquanto a dimensão da pequena burguesia é maior nestes dois últimos, as posições intermédias que reúnem recursos em qualificação e em autoridade são claramente mais significativas no caso dos dois primeiros países.

QUADRO 1. Tipologia de classes simplificada, por país (%)

<i>Categorias de Classe</i>	PORTUGAL	SUÉCIA	CANADÁ	REP. CHECA
Empregadores	9,3	6,8	7,5	5,3
Pequena Burguesia	13,8	2,3	7,6	9,6
Gestores	4,6	8,3	13,1	4,5
Supervisores	14,4	19,9	26,4	19,1
Trab. SQualif.	26,7*	23,8	19,9	25,7
Proletários	31,2	38,9	25,5	35,9

Port, N=874; Suéc, N=1150; Can, N=1144; R. Ch, N=1834

* Se desagregarmos aqui o sector desta categoria que possui credenciais escolares mais elevadas (licenciados ou frequência do ensino superior), temos que esse segmento representa 4,9% desta categoria (noutros textos designada por “Técnicos Não-Gestores”).

Os postos de supervisão intermédia são bem mais significativos no Canadá, tal como a categoria dos gestores, ao mesmo tempo que o peso percentual dos supervisores é em Portugal o mais reduzido, apresentando a Suécia e a República Checa valores idênticos e cerca de 5% acima do nosso país. No caso dos postos de trabalho de menores recursos (em especial os proletários), possuem igualmente menor peso na sociedade portuguesa do que na Suécia e na República Checa, enquanto o número de trabalhadores semi-qualificados é mais elevado (26,7%). Isto quer dizer que a força de trabalho dotada de qualificações intermédias assume em Portugal proporções relevantes, mas isto também reflecte o facto de as credenciais escolares esbarrarem no mercado de emprego com obstáculos difíceis de ultrapassar no acesso a posições de autoridade e supervisão.

É sabido que em qualquer análise deste tipo, os números tanto podem ajudar a descobrir a realidade como a encobri-la. Mas se essa é uma premissa que tem de ser assumida, será conveniente clarificar o que está escondido, sempre que tal for possível. É o caso das categorias superiores, por exemplo a dos empregadores, que tem reunidos os pequenos patrões com os médios industriais⁸, ou ainda a categoria da pequena burguesia, onde não se fez a distinção entre os sectores tradicionais (nomeadamente a pequena agricultura e o artesanato) e os trabalhadores em nome individual do sector terciário, por exemplo. Podemos aqui apenas antever que nas sociedades menos desenvolvidas, como a portuguesa e a checa, o peso dos primeiros será maior do que o dos segundos, enquanto nos restantes dois casos tenderá a acontecer o inverso.

Para continuar a nossa análise vejamos de seguida os resultados dos diferentes países, mas agora distribuindo-os em função de diferentes camadas etárias (veja-se Quadro 2). Este desmembramento dos resultados pode permitir-nos ter uma percepção mais clara da realidade dos diferentes países e captar um pouco melhor as suas tendências e dinamismos. Muito se poderia dizer sobre estes dados, mas não é possível abordar todos os detalhes.

QUADRO 2. Níveis etários segundo a categoria de classe simplificada (%)					
<i>Categorias de Classe</i>	Até 25 anos	26 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	Mais de 50 anos
PORTUGAL					
Empregadores	4,6	3,1	24,6	20,0	47,7
Pequena Burguesia	5,2	7,2	16,5	27,8	43,3
Gestores	6,3	9,4	31,3	31,3	21,9
Supervisores	5,9	13,9	29,7	33,7	16,8
Trab. SQualif.	23,5	13,9	31,6	18,2	12,8
Proletários	9,1	9,1	32,4	25,1	24,8
SUÉCIA					
Empregadores	3,9	2,0	19,5	23,5	51,0
Pequena Burguesia	--	--	29,4	17,6	52,9
Gestores	1,6	6,5	29,0	30,6	32,3
Supervisores	12,8	10,7	28,9	20,8	26,8
Trab. SQualif.	12,9	13,5	20,8	28,7	24,2
Proletários	10,5	11,1	24,7	24,4	29,3
CANADÁ					
Empregadores	1,9	7,7	40,4	30,8	19,2
Pequena Burguesia	5,5	9,1	20,0	38,2	27,3
Gestores	7,5	19,4	32,3	32,3	8,6
Supervisores	15,4	14,4	35,6	21,8	12,8
Trab. SQualif.	23,7	19,4	36,7	15,1	5,0
Proletários	30,8	12,1	29,7	19,8	7,7

⁸ Já que os grandes empresários dificilmente são captados através de uma amostra de base nacional, como esta.

<i>REP. CHECA</i>					
Empregadores	6,1	2,0	30,6	46,9	14,3
Pequena Burguesia	8,0	10,2	33,0	29,5	19,3
Gestores	--	4,9	31,7	34,1	29,3
Supervisores	7,4	8,0	23,3	31,3	30,1
Trab. SQualif.	6,0	8,1	27,4	33,8	24,8
Proletários	9,5	11,3	23,2	30,2	25,9

Começando pelo caso, acima focado, dos trabalhadores semi-qualificados (onde, recorde-se, se inclui a categoria que noutros trabalhos referenciei como “técnicos não-gestores”, veja-se Estanque, 1997), trata-se de uma categoria relativamente jovem na sociedade portuguesa, com mais de 37% em idades inferiores a 30 anos, só comparável à sociedade canadiana, com cerca de 43% incluída na mesma camada etária, valores bem distantes dos outros países, em especial da República Checa. Já no que concerne, por exemplo, à categoria proletária, Portugal revela as percentagens mais baixas das camadas jovens (inferiores a 30 anos), uma tendência quase inversa ao que se passa com o Canadá. Este resultado parece traduzir um maior crescimento da proletarização de jovens com instrução elevada nesse país, muito embora, evidentemente, possa tratar-se de situações de emprego precarizado de camadas juvenis que se encontrem aí pontualmente para mais tarde acederem a outros empregos.

Curiosamente, ao desagregar a distribuição dos assalariados entre os sectores estatal e privado (ver o Quadro 3, abaixo), verificou-se que Portugal e o Canadá apresentam uma estrutura semelhante quanto ao emprego no sector público das categorias dos supervisores (15,8% no primeiro caso para 15,3% no segundo), dos trabalhadores semi-qualificados (21,8% para 23,8%) e ainda em relação aos proletários (14,6% para 13,1%). Estes dados reforçam a ideia que acabei de aflorar acima, visto que, por via de regra, o emprego na administração pública oferece em geral maiores condições de estabilidade. Na Suécia, por exemplo, onde a categoria proletária se distribui predominantemente, e de modo quase uniforme, pelas camadas etárias acima dos 30 anos, cerca de 45% dos seus “proletários” empregam-se na administração pública.

Retomando a análise do Quadro 2, podemos ainda encontrar outras tendências interessantes. Se considerarmos que as categorias que aqui designo de gestores e a dos supervisores correspondem mais claramente à chamada classe média alta (uma vez que se trata de segmentos onde as qualificações se combinam com recursos de autoridade), fica bem evidente a correspondência entre o peso social de um tal conjunto e o nível de desenvolvimento da respectiva sociedade em que se insere. Acresce que, se repararmos na distribuição por classes de idade, o dito segmento da classe média alta (gestores e

supervisores) está, em termos relativos, bem mais rejuvenescido em países como a Suécia e o Canadá do que nos dois restantes. Já na categoria dos empregadores, verifica-se de um modo geral uma maior presença das idades mais avançadas (como seria de esperar), mas na comparação entre as diferentes amostras sobressai um maior envelhecimento das estruturas empresariais portuguesa e sueca, com valores que rondam os 50% a situarem-se na camada com mais de 50 anos.

QUADRO 3. Peso dos assalariados na Administração Pública, por categoria de classe (%)*				
<i>Categorias de Classe Assalariadas</i>	PORTUGAL	SUÉCIA	CANADÁ	REP. CHECA
Gestores	50,0	74,2	59,6	48,8
Supervisores	22,7	40,5	33,7	27,2
Trab. Semi-Qualificados	24,3	42,7	48,3	33,9
Proletários	16,9	52,7	30,0	32,5
Totais País	18,0	45,5	34,6	31,0

* Inclui o sector da administração pública e as empresas de capital maioritário do Estado.

As classes médias assalariadas, e o seu maior ou menor peso relativo na estrutura socioprofissional, constituem sem dúvida um indicador precioso para medir o nível de modernização ou de desenvolvimento tecnológico de cada sociedade, e como é sabido as políticas estatais e governativas têm um alcance muito relevante nesse domínio. Basta lembrar que todo o aparelho legislativo e de enquadramento institucional que o Estado leva a cabo produz e reproduz múltiplas interdependências entre a acção estatal e a vida económica mais geral, seja nas economias mais estatizadas, seja nas mais liberais, como diversos autores já mostraram (Offe, 1984 e 1985; Jessop, 1990). O Estado e a economia constituem desde sempre instâncias de eleição no campo da racionalidade dos sistemas sociais, e por isso, as principais estruturas das sociedades sofrem permanentemente a influência, directa ou indirecta, desses dois pilares fundamentais da regulação social (Santos, 1990 e 1994).

A interferência da acção estatal e a sua capacidade de promover a estruturação da actividade produtiva pode ser directa ou indirecta e ocorrer através de uma diversidade de canais, constituindo exemplos disso o investimento em novas tecnologias e em conhecimento científico, a capacidade de promover instituições de regulação dos conflitos laborais ou as políticas educativas. Porém, a própria dinâmica que o Estado imprime através das políticas sociais nos mais variados domínios tem repercussões

directas quanto ao maior ou menor peso da administração pública na oferta de emprego. Ora, esse facto traduz-se directamente na ampliação das classes médias.

Se observarmos os resultados do Quadro 3, verificamos de imediato o significativo papel do Estado enquanto entidade empregadora, em especial no caso da Suécia, onde, no global, 45,5% dos assalariados trabalham na administração pública. Em todos os países analisados, a chamada categoria dos “gestores” – os sectores mais qualificados e com maior volume de autoridade nas relações de trabalho, como se sabe – detém percentagens significativas de emprego estatal, com destaque uma vez mais para o caso da Suécia, com 74,2% dessa categoria. Também no caso português existem 50% dos gestores empregados no sector estatal, o que não deixa de ser bem ilustrativo do papel que o Estado português tem vindo a desempenhar na promoção da classe média. É certo que o emprego geral dos assalariados neste sector apresenta um valor (18,0%) que é o mais “magro” em comparação com os outros três casos. Aliás, se compararmos estes dados com os encontrados no nosso inquérito realizado em 1995, verifica-se uma redução em seis pontos percentuais da força de trabalho empregada no Estado (era então de cerca de 24%) e uma significativa quebra da proporção das categorias intermédias a trabalhar no sector público (Estanque e Mendes, 1998: 90). Quanto ao Canadá, é preciso recordar que, apesar dos empregos da administração pública serem em número bem inferior ao da Suécia, se trata se uma sociedade que sofre as pressões da economia vizinha dos EUA, entre outros aspectos, no que concerne à lógica de privatização, mas ao mesmo tempo é um país onde persiste uma certa aura de resistência às privatizações e que, por exemplo, se orgulha de possuir um serviço público de saúde bem mais extensivo que o dos EUA. Em todo o caso estes números reflectem ainda o relevante papel da administração pública na promoção do crescimento das classes médias, e isto em qualquer dos países em estudo. No caso português esse papel é menos saliente do que nos outros casos, mas mesmo aí há que atender ao fraco peso das categorias intermédias em termos absolutos e ainda ao facto de serem as categorias mais qualificadas da *classe média* as que possuem maior peso no sector público.

QUADRO 4. Tipologia de classes simplificada, segundo o sexo, por país (%)								
Categorias de Classe	PORTUGAL		SUÉCIA		CANADÁ		REP. CHECA	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Empregadores	66,2	33,8	78,4	21,6	77,4	22,6	69,4	30,6

Pequena Burguesia	51,5	48,5	58,8	41,2	70,9	29,1	62,5	37,5
Gestores	65,6	34,4	45,2	54,8	73,4	26,6	58,5	41,5
Supervisores	67,3	32,7	59,1	40,9	73,0	27,0	68,8	31,3
Trab. Semi-Qualif.	55,6	44,4	56,7	43,3	58,6	41,4	61,9	38,1
Proletários	42,5	57,5	36,4	63,6	55,5	44,5	31,8	68,2

A questão da distribuição sexual pelas diferentes categorias de classe mostra-nos também importantes diferenças. Desde logo, ao observarmos o Quadro 4, pode reparar-se que existe uma clara discriminação das mulheres em qualquer dos países observados. Exceptuando o caso do Canadá, onde a categoria mais desapossada dos proletários revela uma maioria de homens – se bem que com uma diferença de apenas um ponto percentual –, em todos os países as mulheres estão menos representadas nas posições intermédias e superiores da tipologia, possuindo maior presença na categoria proletária. Em primeiro lugar, é na classe dos empregadores que mais se nota a exclusão do sexo feminino. Em Portugal as mulheres ocupam cerca de um terço dessa categoria, mas nos restantes casos a sua presença entre os empresários é, em termos relativos, muito inferior em comparação com o sexo oposto. Curioso a este respeito é verificar que, ao contrário do que seria de esperar, é justamente nos países menos desenvolvidos que os valores encontrados se revelam menos desfavoráveis às mulheres quanto ao acesso à actividade empresarial. É possível que o facto de se tratar de sociedades mais marcadas pela instabilidade no campo sócio-económico, por terem estado sujeitas ao impacto das profundas rupturas institucionais e políticas nas últimas décadas, nos ajude a compreender estes resultados. Em contextos de economias em esforço de modernização e onde os laços comunitários e familiares se apresentam mais poderosos é provável que, como acontece no caso português, estes valores se devam a situações de conjugalidade em que o membro masculino do casal mantém uma actividade assalariada, permanecendo a esposa à frente de muitas micro-empresas de base familiar. O mesmo argumento poderá ser usado em relação à pequena burguesia, dado tratar-se por maioria de razão de actividades de pequeno negócio, sendo, no entanto, as diferenças menos marcantes no conjunto dos países.

Em segundo lugar, a categoria mais qualificada dos assalariados, os gestores, mostra uma vantagem das mulheres no caso sueco, uma subida da sua representatividade na República Checa e uma muito ligeira melhoria nos restantes dois casos. Uma vez mais,

é provável que o maior ou menor peso da administração pública se relacione com estes dados. Repare-se, por exemplo, que o Canadá, sendo uma economia mais liberal, denota uma menor feminização dos gestores, precisamente ao contrário do que acontece com a Suécia onde, como mostrei atrás, o peso do sector estatal é muito maior no mercado de emprego. Esta hipótese, que não posso aqui aprofundar em detalhe, assenta na suposição – porventura questionável – de que a mão-de-obra feminina se adapta melhor a ambientes de trabalho mais estáveis ou a sistemas mais burocráticos, obviamente por razões que se prendem com a masculinidade instalada no mundo mais competitivo da economia privada, onde os mecanismos de resistência à penetração das mulheres tendem a ser mais fortes. Por fim, nas categorias destituídas de autoridade verifica-se ou um maior equilíbrio entre os dois sexos, como é o caso dos trabalhadores semi-qualificados, ou uma notória maioria de mulheres, o que acontece de modo flagrante com a categoria dos proletários, situação esta que é claramente reveladora de discriminação que favorece os homens, à excepção do já referido caso do Canadá.

3.2. *Atitudes subjectivas*

Neste ponto procurei cruzar as categorias de classe com as atitudes dos indivíduos perante questões socialmente relevantes e que permitirão compreender a natureza da sua relação com a sociedade. Para além das possíveis regularidades que tentarei encontrar entre as diferentes categorias, procura-se aferir não só quanto ao posicionamento acerca das oportunidades e ou dificuldades que o sistema produz, mas também, indirectamente, quanto às expectativas positivas ou negativas que se espera obter. Isto implica ter presente o pressuposto sociológico de que quando os sujeitos falam da sociedade estão a revelar, antes de mais, a sua relação com o sistema social e o modo como essa relação é subjectivamente vivida. É o que acontece quando os indivíduos se pronunciam sobre as recompensas que podem ser alcançadas, e de que é que elas podem depender, ou quando se posicionam perante a corrupção. Vejamos alguns resultados que se ligam a estes dois assuntos.

QUADRO 5. Atitudes perante as recompensas, segundo a cat. de classe (%)*

“As recompensas dependem do mérito e das qualificações” (% de concordância)

<i>Categorias de Classe</i>	PORTUGAL	SUÉCIA	CANADÁ	REP. CHECA
Empregadores	40,0	37,3	65,4	24,5
Pequena Burguesia	47,9	43,8	57,1	26,1

Gestores	59,4	41,9	62,9	15,0
Supervisores	46,0	43,9	58,2	23,4
Trab. SQualif.	44,3	32,2	64,0	19,6
Proletários	37,6	33,6	50,8	21,0
Totais País	43,2	36,6	58,6	21,5

* As percentagens referem-se ao total de respostas concordantes com a afirmação indicada, correspondente ao somatório das respostas “concordo totalmente” e “concordo”.

No Quadro 5 apresentam-se as percentagens concordantes com a afirmação de que “as recompensas dependem do mérito e das qualificações” que cada um possui. A distribuição das respostas pelas categorias de classe não evidencia diferenças muito significativas, visto haver alguma uniformidade dos resultados em cada um dos países. Comparando os totais dos quatro países, conclui-se que o Canadá é aquele que revela um maior grau de concordância, surgindo Portugal aqui num surpreendente segundo lugar, à frente da Suécia. Se num país do centro industrializado, como é o caso do primeiro, isso não surpreende, em Portugal esta aparente convicção acerca da importância do mérito e das qualificações, tem de ser interpretada à luz do contexto histórico em que nos encontramos, designadamente as tendências de reconversão e de maior flexibilização que têm vindo a ocorrer no mercado de trabalho, aliadas a uma relativa redução das taxas de desemprego nos últimos anos. Estes resultados face ao reconhecimento do mérito e das qualificações parecem reflectir a indução de expectativas positivas face ao cenário de maior competitividade no acesso ao emprego, onde as capacidades individuais tendem a ser colocados à prova. No entanto, é bom não esquecer que os valores percentuais encontrados continuam abaixo dos 50%, à excepção da categoria dos gestores (com 59,4% de respostas concordantes) que aqui se situam no extremo oposto dos proletários (37,6%). Mas, se no caso português as posições que incorporam maior volume de recursos em qualificações e autoridade são as que mais reconhecem a importância do mérito como factor gerador de recompensas, no caso da República Checa passa-se precisamente o contrário. Neste país, as expectativas são em geral bastante baixas a esse respeito, sendo que no caso específico dos gestores, por exemplo, apenas uma minoria de 15% concorda com a relevância dos referidos factores meritocráticos na obtenção de recompensas.

QUADRO 6. Atitudes perante a corrupção (%)				
<i>Categorias de Classe</i>	PORTUGAL	SUÉCIA	CANADÁ	REP. CHECA

<i>“Para se chegar ao topo é preciso ser-se corrupto”(%s concordância e discordância)</i>								
	Conc.	Disc.	Conc.	Disc.	Conc.	Disc.	Conc.	Disc.
Empregadores	52,3	40,0	24,4	59,2	22,7	64,2	30,6	44,8
Pequena Burguesia	40,4	50,0	20,0	46,7	20,0	64,0	23,8	45,4
Gestores	29,0	58,1	10,0	68,4	13,5	60,7	29,3	39,0
Supervisores	48,5	41,5	29,4	46,7	19,4	58,6	--	44,6
Trab. Semi-Qualif.	41,9	43,0	26,7	45,0	17,9	66,4	40,2	27,9
Proletários	46,8	44,0	23,8	39,7	22,8	52,0	40,2	28,9
Totais País	44,5	44,5	19,9	46,6	18,6	59,6	36,1	34,5

Poderemos prosseguir a análise contemplando agora os resultados do Quadro 6, acerca da corrupção. Considerando a mesma comparação entre Portugal e a República Checa, verifica-se que no conjunto das categorias de classe há uma clara divisão de opiniões, entre o grau de concordância e de discordância quanto à ideia de que “para se chegar ao topo é preciso ser-se corrupto”. Quanto às diferenças, além do maior volume de respostas neutras entre os checos, a distribuição dos resultados pelas diferentes posições da tipologia evidenciam alguns contrastes dignos de nota. As categorias dos empregadores, dos gestores e dos proletários são exemplos disso: enquanto os patrões portugueses concordam com a afirmação em 52,3% dos casos, contra 40% que discordam, os checos apenas 30,6% concordam, contra 44,8% que discordam. Acresce que neste último país há uma maior regularidade no sentido em que as categorias de menores recursos tendem a ser mais concordantes, por oposição às restantes. Contrariamente, em Portugal, gestores e pequena burguesia são na sua maioria discordantes, enquanto os empregadores não mais concordantes e, por sua vez, os proletários, apesar de divididos, são maioritariamente concordantes. Os maiores contrastes entre opiniões opostas verificam-se geralmente na categoria dos gestores, onde em todos os países é visível uma clara maioria de respostas discordantes. Na Suécia e de forma ainda mais flagrante no Canadá, a larga maioria das respostas aponta no sentido discordante quanto à necessidade de ceder à corrupção para se alcançar uma posição social cimeira. Os resultados do Canadá a este propósito são, de resto, convergentes com os do quadro anterior (Quadro 5) onde a tendência maioritária das respostas era concordante com a relevância do mérito e das qualificações. Porém, na Suécia, não só a discordância quanto à força da corrupção é no conjunto apenas superior a Portugal em dois pontos percentuais como, no tocante à questão meritocrática, apresenta valores sempre inferiores ao nosso país. Apesar disso, na Suécia as respostas

relativas à pergunta sobre a corrupção são sempre claramente discrepantes em todas as categorias de classe, com a larga maioria a mostrar discordância quanto ao seu papel enquanto factor de promoção.

Um outro aspecto que constitui, sem dúvida, um campo importante da análise sociológica é a questão da percepção dos conflitos de interesses existentes na sociedade. Veja-se como a sociedade portuguesa aparece aqui (Quadro 7) como aquela em que mais está enraizada a ideia de que existem interesses conflituais muito significativos entre todas as polarizações consideradas⁹. Significará isto que os portugueses possuem uma consciência mais nítida de que a sociedade é atravessada por fortes antagonismos de interesses? Esta tendência parece conjugar-se com a ideia já assinalada noutros estudos que aponta a “distância ao poder” como um dos traços mais evidentes na sociedade portuguesa (Hofstede, 1980; Estanque, 1993; Cabral, 1997), ou seja, os portugueses tendem a incorporar elevados níveis de tolerância perante as discrepâncias de poder e de *status*. A percepção da existência de conflitos de interesses ou de antagonismos que atravessam a sociedade não significa, pois, uma intolerância face aos mesmos, mas talvez a ideia de que existem condições de oportunidade e diferenças de privilégio (simbólicas e materiais) bem delimitadas. As desigualdades objectivas parecem ampliar-se no plano subjectivo, espelhando níveis significativos de privação relativa entre os portugueses.

QUADRO 7. Percepção dos conflitos de interesses na sociedade (%)*				
<i>Conflitos entre:</i>	PORTUGAL	SUÉCIA	CANADÁ	REP. CHECA
<i>Pobres e ricos</i>	76,7	35,0	34,7	29,3
<i>Classe trabalhadora e classe média</i>	63,2	12,6	14,1	9,4
<i>Directores e trabalhadores</i>	87,8	33,2	--**	38,5
<i>O topo e a base da sociedade</i>	86,5	64,6	52,3	44,8
<i>Jovens e idosos</i>	62,6	19,5	27,1	21,6

* Para cada uma das oposições apresentadas como polarizadoras de conflitos possíveis, o respondente podia optar por uma das seguintes possibilidades: conflitos muito fortes; conflitos fortes; conflitos não muito fortes; ausência de conflitos. As %s aqui contempladas correspondem ao somatório das respostas que consideram haver conflitos “muito fortes” e “fortes”;

** No questionário do Canadá esta polarização não foi considerada.

Se atentarmos na clivagem entre a classe trabalhadora e a classe média, por exemplo, verifica-se que enquanto em Portugal 63,2% dos inquiridos consideram a

existência de conflitos “fortes” ou “muito fortes”, nos outros casos essa conflitualidade em particular, é praticamente imperceptível (variando as percentagens entre os 9,4% e os 14,1%). Ora, isto diz-nos alguma coisa acerca do *efeito de classe média* enquanto referente simbólico e social no imaginário dos portugueses. Não só estes resultados constituem um indicador de que os padrões de vida de cada uma dessas categorias são vistos enquanto divergentes, como, além disso, faz supor que há uma luta simbólica pela demarcação de campos entre ambas. Luta essa que poderá ocorrer em dois sentidos: ou na perspectiva dos que já se consideram inseridos na classe média, que desta forma estariam a mostrar a sua diferença de estatuto; ou na perspectiva dos que se identificam com a classe trabalhadora, que assim sublinham as dificuldades em alcançar uma posição de classe média¹⁰. Ainda a este propósito, é de referir que os conflitos entre o topo e a base da pirâmide social foram os mais assinalados pelo conjunto dos países, à excepção de Portugal. No caso português é o conflito entre directores e trabalhadores que recolhe o maior volume de respostas, o que comprova a centralidade das relações de trabalho enquanto campo de estruturação das desigualdades, quer em termos objectivos, quer no plano subjectivo (também na Suécia e na República Checa¹¹ esse tipo de antagonismo obteve valores percentuais assinaláveis, com 33,2% e 38,5% respectivamente). Em Portugal, talvez devido à rápida reestruturação que o tecido produtivo tem vindo a sofrer e à crescente fragilização da capacidade de resistência da força de trabalho, aliada à presença de experiências marcantes de luta sindical no passado recente, sai reforçada a percepção de que esta continua a ser a principal dimensão onde os interesses antagónicos se fazem sentir, apesar das condições actuais inibirem a sua expressão aberta.

3.3 Representações sobre a mobilidade social e classe subjectiva

Continuando a situar a análise no plano das atitudes subjectivas, será interessante observar agora a percepção acerca das trajectórias de mobilidade social. Esta é uma questão do meu ponto de vista decisiva para que se compreendam as tendências estruturais que vêm ocorrendo em cada uma destas sociedades e o modo como elas se reflectem no campo das representações. Veja-se então o Quadro 8 e repare-se nas diferenças e regularidades que os números evidenciam, continuando a comparar os

⁹ A distribuição das atitudes pelas categorias de classe apresentava-se no geral relativamente homogénea e por isso se referem aqui apenas os totais por país.

¹⁰ Uma interpretação que se inspira na concepção de Frank Parkin, onde o autor se refere aos conceitos de *estratégias de exclusão* e *estratégias de usurpação* (cf. Parkin, 1979).

¹¹ Como foi indicado, a oposição entre directores e trabalhadores não foi considerada no caso do Canadá.

mesmos quatro países. Se repararmos nos valores totais por país, consoante os entrevistados consideram ter subido, descido ou estabilizado nas suas posições sociais¹², verifica-se que apenas num deles, o Canadá, constituem maioria relativa (45,8%) os que supõem ter subido em comparação com os que indicam uma descida (22,9%) ou uma estabilização (31,3%). Em contrapartida, há apenas o caso da República Checa onde a maior parte dos inquiridos (51,1%) revela ter descido na hierarquia da estratificação. Quanto aos restantes países, Portugal e Suécia, as tendências mais notórias apontam no sentido da estabilidade.

QUADRO 8. Mobilidade subjectiva, segundo cat. classe, por país (%)*												
	PORTUGAL			SUÉCIA			CANADÁ			REP. CHECA		
	<i>S=Subiu; D=Desceu; E=Estabilizou</i>											
Categorias de Classe	S	D	E	S	D	E	S	D	E	S	D	E
Empregadores	30,8	29,2	40,0	39,2	19,6	41,2	59,6	17,3	23,1	54,2	18,8	27,1
Pequena Burguesia	35,1	23,7	41,2	35,3	47,1	17,6	42,6	27,8	29,6	44,2	22,1	33,7
Gestores	25,0	18,8	56,3	51,6	4,8	43,5	61,3	11,8	26,9	43,9	29,3	26,8
Supervisores	43,6	13,9	42,6	47,3	11,0	41,8	51,9	22,7	25,4	22,9	46,9	30,3
Trab. SQualif.	46,0	9,6	44,4	36,2	15,5	48,3	60,7	14,3	25,0	24,0	48,9	27,0
Proletários	38,8	17,4	43,8	24,9	20,0	55,1	47,2	22,7	30,1	19,6	50,2	30,3
Totais País**	35,8	20,5	43,8	29,8	20,2	50,0	45,8	22,9	31,3	20,1	51,1	28,8

* Refere-se à comparação entre a classe subjectiva actual e a de 10 anos antes; ** Os totais por país referem-se aos resultados globais das frequências das perguntas sobre a classe subjectiva, antes de serem cruzados com a categoria de classe. Recorde-se que em duas das perguntas incluídas no questionário era pedido aos inquiridos para se posicionarem numa escala de 1 a 10, considerando-se que o nível 1 correspondia ao topo da pirâmide social e o nível 10 à sua base, sendo que uma dessas perguntas se referia à situação actual e a outra à situação de há dez anos atrás. Os resultados deste quadro foram elaborados a partir das respostas a essas duas perguntas.

Centrando-me agora na análise mais detalhada das categorias de classe, é de referir que a República Checa é a sociedade que, a este respeito, mais denota uma coerência entre a lógica piramidal da estrutura estratificacional e as respectivas avaliações subjectivas quanto aos processos de mobilidade social. Quero com isto dizer que é o único dos quatro países em que as posições sociais superiores parecem ter experimentado uma sensação de subida, exactamente o oposto do que indicam as respostas das categorias inferiores. E isto acontece de forma quase linear, visto que à medida que vamos sucessivamente olhando para as posições acima se vai acentuando a ideia de que houve uma subida de estatuto e diminuindo os valores referentes à ideia de descida, enquanto que o inverso acontece quando se percorrem as diferentes categorias

¹² Na verdade, como se explica na nota abaixo do Quadro 8, a pergunta não foi directamente nestes termos.

de cima para baixo. O exemplo mais flagrante desta lógica quase simétrica é talvez o contraste entre os empregadores, por um lado, com 54,2% de subida contra 18,8% de descida, e os proletários, por outro, com 50,2% de descida contra 19,6% de subida.

Entre a Suécia e o Canadá são visíveis algumas similitudes e muitas diferenças. Similitudes, por exemplo, quanto ao facto de em ambos ser a categoria dos gestores aquela que de forma mais clara revela estar actualmente num estrato social superior ao que estava dez anos antes. Semelhante é também o facto de os resultados mais evidentes de movimentos de descida serem respeitantes em ambos os países à categoria da pequena burguesia. Mas, ainda a propósito dessa categoria de classe, um contraste sobressai entre esses dois países, isto é, se no Canadá a ideia de descida da pequena burguesia é inferior à percentagem dos que afirmam ter subido (27,8% para 42,6%), na Suécia ocorre o contrário, já que 47,1% dessa classe indica ter descido contra 35,3% que referiram ter subido. Também fica claro que neste último país há uma maior tendência para a estabilidade, enquanto no Canadá há uma maior tendência de subida. Efectivamente, neste país, em quase todas as categorias de classe as percentagens exprimem valores referentes a processos de mobilidade ascendente que (se exceptuarmos o caso da pequena burguesia checa), são sempre superiores aos números correspondentes para os outros países. Mesmo em relação às categorias mais desapossadas é notória a tendência para a estabilidade na Suécia, em contraste com a tendência para a subida no Canadá. A maior juventude dos trabalhadores canadianos, em particular nas posições inferiores (veja-se atrás, o Quadro 2), aliada à maior agressividade competitiva no mercado de trabalho, surgem também aqui como razões substantivas para explicar estas diferenças.

Se, como referi antes, as representações subjectivas dos actores espelham em larga medida a sua relação com o sistema social, pode acrescentar-se que as avaliações sobre os movimentos na estrutura social – se foram de subida ou de descida – não deixam de revelar o mesmo fenómeno. Significa isto que é pertinente esperar que quem avalia positivamente o passado tenda com mais facilidade a desenvolver expectativas positivas acerca do futuro e vice-versa. Já vimos a este propósito que Portugal aparece em segundo lugar com os valores mais elevados a apontar num sentido de estabilidade. Por outras palavras, o Quadro 9 mostra que 43,8% dos portugueses considera encontrar-se hoje na mesma posição social que se encontrava há dez anos atrás, ao mesmo tempo que 35,6% afirmam ter subido e 20,5% supõem ter descido.

Quanto ao cruzamento da mobilidade subjectiva com a tipologia das localizações de classe, refira-se em primeiro lugar, que em relação a Portugal, as categorias dos empregadores e da pequena burguesia, apesar de evidenciarem números assinaláveis a indicar estabilidade (40% e 41,2% respectivamente), mostram-se internamente divididas com valores também significativos de descida (29,2% e 23,7%) e de subida. É de crer que esta aparente convulsão se relacione, no caso dos empregadores, com os processos de reconversão do tecido empresarial que ocorreram na última década, sobretudo atendendo ao peso das pequenas empresas no tecido empresarial português, e ainda, no caso da pequena burguesia, com a desestruturação da agricultura e o aumento dos trabalhadores independentes nos sectores secundário e terciário.

Ao lado dos elevados valores que remetem para a ideia de uma situação de estagnação ao longo da década de noventa, interessante é verificar que, mesmo nas categorias sociais de menores recursos, os números que indicam ter havido mobilidade ascendente não apenas são muito significativos como em alguns casos são superiores aos que apontam no sentido da estabilização. É esse o caso das categorias dos supervisores e dos trabalhadores semi-qualificados. Recorde-se que neste último segmento se incluem trabalhadores com habilitações escolares médias ou superiores – se bem que a ocupar posições sem autonomia ou autoridade –, e sendo também uma categoria relativamente jovem (veja-se o Quadro 2, atrás), é de esperar que avaliem a sua posição actual como superior, já que muitos deles estariam dez anos antes fora do mercado de emprego. Os supervisores, por seu turno, que possuem cargos de maior autoridade, incluem certamente sectores que beneficiaram de promoções e alcançaram melhorias na sua formação profissional, conquistando com isso novas oportunidades. Em qualquer destas duas categorias de assalariados são escassos os valores a indicar descida de posição, o que significa que do ponto de vista subjectivo, as representações destes sectores terão razoavelmente assimilado a ideia de aproximação à classe média. Se a isto se juntar o caso dos gestores, que como se sabe correspondem à posição mais elevada entre os assalariados, conclui-se que a classe média é relevante não tanto pelo seu elevado peso demográfico, mas porque a nível simbólico consegue parecer maior do aquilo que é. Vale a pena desenvolver um pouco mais este tópico.

Os dados do Quadro 9 (adiante) mostram a distribuição da identificação subjectiva com as diferentes categorias da estratificação social, neste caso consideradas na base de uma graduação simples, entre a classe “baixa” e a classe “alta”. A partir destes resultados torna-se possível verificar o significado da descoincidência entre as

categorias de classe “objectivas” (segundo os pressupostos teóricos em que se apoia a construção da tipologia) e as respectivas identificações subjectivas com uma dada “classe”. Como referi no início, é justamente o pressuposto dessa dissociação ou desse deslocamento entre a posição social ocupada e a identificação subjectiva dos agentes que me permite invocar o conceito de *efeito classe média*. Vejamos então os resultados encontrados.

QUADRO 9. Classe subjectiva, segundo a categoria de classe, por país (%)

Categorias de Classe	Tipologia da classe subjectiva					
	Cl. Baixa	Trabalh.	Média Baixa	Média	Méd. Alta	Alta
PORTUGAL						
Empregadores	3,1	41,5	15,4	36,9	3,1	0,0
Pequena Burguesia	17,9	49,5	10,5	22,1	0,0	0,0
Gestores	0,0	15,6	6,3	68,8	9,4	0,0
Supervisores	2,0	32,0	26,0	39,0	1,0	0,0
Trab. Qualif.	2,1	47,6	13,4	33,2	3,7	0,0
Proletários	6,9	56,0	15,1	21,6	0,5	0,0
TOTAIS*	11,3	40,6	16,7	28,9	2,3	0,2
SUÉCIA						
Empregadores	0,0	14,3	--	55,1	30,6	0,0
Pequena Burguesia	0,0	20,0	--	46,7	33,3	0,0
Gestores	0,0	3,4	--	57,6	39,0	0,0
Supervisores	0,7	25,3	--	54,1	19,2	0,7
Trab. Qualif.	1,1	29,9	--	49,4	19,5	0,0
Proletários	1,4	53,4	--	37,5	7,6	0,0
TOTAIS*	1,7	35,0	--	46,5	16,5	0,3
CANADÁ						
Empregadores	0,0	22,2	11,1	35,6	31,1	0,0
Pequena Burguesia	4,1	24,5	12,2	38,8	20,4	0,0
Gestores	0,0	2,3	17,0	38,6	40,9	1,1
Supervisores	4,4	23,3	22,8	40,6	8,9	0,0
Trab. Qualif.	0,0	15,8	21,1	48,1	15,0	0,0
Proletários	7,2	35,5	20,5	31,3	5,4	0,0
TOTAIS*	4,6	12,4	7,4	41,3	14,8	0,6
R. CHECA						
Empregadores	2,1	6,3	18,8	50,0	20,8	2,1
Pequena Burguesia	0,0	12,8	27,9	50,0	7,0	2,3
Gestores	2,5	0,0	15,0	55,0	27,5	0,0
Supervisores	0,0	22,9	26,3	47,4	3,4	0,0
Trab. Qualif.	1,7	36,6	28,1	30,6	2,6	0,4
Proletários	3,3	36,1	27,6	30,6	2,1	0,3
TOTAIS*	8,2	31,2	24,8	31,5	3,9	0,4

* Os totais por país referem-se aos resultados globais da pergunta respeitante à classe subjectiva, antes de serem cruzados com a categoria de classe.

Em primeiro lugar, ao atentarmos nos dados globais por país, constatamos que Portugal é aquele em que é maior a identificação com a classe trabalhadora e com a classe baixa. As diferenças são bem notórias. Repare-se que mais de 40% da amostra

portuguesa se identifica com a classe trabalhadora, enquanto que nos restantes casos, só a Suécia revela 35% de identificação com essa classe, enquanto a República Checa deixa antever um número mais próximo do nosso país quanto ao auto-posicionamento na classe “baixa” (8,2%). Os 11,3% da amostra portuguesa que se identificam com a classe “baixa” derivam sobretudo das respostas da pequena burguesia, com 17,9%, uma categoria que mantém um significativo peso do seu sector mais tradicional, designadamente a pequena agricultura de subsistência, que, como se sabe, entrou em declínio há algumas décadas atrás. Além disso, também os proletários, com 6,9% de identificação com a classe “baixa”, incidem naquele resultado global. Nos restantes países são pouco significativos os números respeitantes à identificação com a classe “baixa”.

Como é evidente, há aqui aspectos que não é possível integrar na análise, pelo menos de modo sistemático, como sejam os diferentes tipos de conotações que as designações utilizadas transportam, as quais com toda a probabilidade variam em função dos diferentes contextos culturais e históricos em que cada uma das sociedades estudadas se encontra. Por exemplo, a noção de “classe trabalhadora” parece traduzir na sociedade portuguesa uma carga simbólica que é transversalmente conotada como positiva, mesmo por parte dos estratos superiores, ou seja, ela está longe de ser associada aos trabalhadores manuais menos qualificados (como acontece com a *working class* nos países anglo-saxónicos), e daí que muitos empregadores, sobretudo os pequenos e médios, tendam a identificar-se com essa categoria, o que porventura é também um sinal de afirmação de um estatuto social que foi conquistado através do “trabalho” e esforço individual. Na verdade a classe trabalhadora obtém em Portugal níveis de identificação subjectiva claramente superiores aos outros países, tanto em termos globais como por parte de cada uma das categorias da tipologia.

Comparando a República Checa com Portugal é visível uma menor identificação dos checos com a classe trabalhadora (inferior à Suécia, embora superior ao Canadá), bem como uma maior adesão à classe média. Poderá haver aqui algum efeito ideológico resultante da experiência recente deste país, enquanto integrou o bloco da Europa de Leste, quando o discurso oficial, falando em nome da classe trabalhadora, procurou legitimar-se no poder e aperfeiçoar os mecanismos de dominação dos trabalhadores. É possível que, do mesmo modo que os trabalhadores dos países do Leste outrora subvertiam na base (no quotidiano fabril) a retórica estatal, usando e exagerando os slogans doutrinários do regime até os ridicularizarem (veja-se Burawoy e Lukács,

1992), agora se afastem ou queiram demarcar-se de antigas manipulações, projectando as suas identificações para a classe média enquanto estatuto desejável mesmo quando não foi ainda alcançado¹³.

A fim de avaliar melhor as identificações subjectivas com a classe média, podem agregar-se os diferentes níveis – baixo, médio e alto – dentro desta categoria. Seguindo este procedimento verifica-se que os valores percentuais dos vários países são relativamente próximos, embora Portugal se posicione relativamente abaixo dos restantes. Em todo o caso é bastante revelador o facto de o conjunto da classe média obter no nosso país uma adesão subjectiva de 47,9%. Se a classe trabalhadora conquistou os valores mais altos nos quatro países e se este é o mais baixo do conjunto, isso não pode levar-nos a concluir pelo fraco significado do papel da classe média. Aliás, é justamente neste plano que faz mais sentido falar-se no *poder aurático* da classe média, visto que essa categoria social, mesmo sendo os seus contornos diluídos, funciona como uma posição desejável e sedutora, em particular para aquelas camadas da força de trabalho que, sentindo-se a descolar de posições mais carenciadas, tendem a reduzir subjectivamente as distâncias face ao patamar de destino desejado. Evidentemente que os diferentes padrões de identificação com a classe média exprimem os níveis de desenvolvimento de cada um dos países analisados.

Enquanto na Suécia e no Canadá se notam níveis assinaláveis de identificação com a classe média-alta, no caso português esses valores são irrelevantes, a não ser na categoria dos gestores em que 9,4% se identificam com esse estrato. De resto, as percentagens desses dois países apresentam-se, no que respeita ao auto-posicionamento na classe média-alta, bem mais representativos nas categorias superiores da tipologia, ou seja, são principalmente os gestores e os empregadores que mais abertamente se consideram fazer parte da classe média-alta. Embora os proletários se mostrem em todos os países como a categoria mais identificada com a classe trabalhadora, há, ainda assim, uma parte muito significativa deles que se consideram incluídos na classe média (mais de 45% na Suécia e cerca de 60% no Canadá, fazem-no).

Conclusão

A chamada classe média é na verdade uma categoria muito heterogénea e que encerra diversas clivagens na sua composição social. Essa diversidade é sujeita a permanentes recomposições que derivam, por um lado, dos efeitos estruturais da

¹³ Quanto à identificação com a classe “alta”, os valores encontrados são pouco expressivos ou mesmo

mudança social mais geral, onde a inovação tecnológica e a expansão do sistema de ensino jogam um papel essencial, e, por outro lado, das tensões e lutas entre categorias profissionais e segmentos laborais, uns em declínio e a sofrer os efeitos da precarização, e outros a exigir o reconhecimento das qualificações, títulos académicos ou reconversões profissionais em que apostaram. Para além das múltiplas divisões que podem ser desenhadas entre os seus variados segmentos – sectores tradicionais e modernos, gestores executivos e técnicos qualificados, tecnocratas e burocratas, funcionários públicos e empregados administrativos do sector privado –, a classe média não é de facto, nem um grupo, nem uma comunidade, nem muito menos uma classe. É um corpo intermédio da estrutura social que se reproduz através de recursos pré-existentes, mas que se expande nas sociedades em desenvolvimento, permitindo o acesso das camadas mais escolarizadas filhas de trabalhadores manuais e de pequenos proprietários tradicionais (da agricultura, do artesanato ou do comércio). O seu impacto na sociedade estende-se muito para além da estrutura produtiva, tocando as representações, ambições e expectativas de amplos sectores da classe trabalhadora, nomeadamente através da esfera do consumo e na estruturação dos estilos de vida.

É já antiga a formulação que considera as classes médias como exercendo uma função de “zonas de amortecimento” da luta de classes, isto é, zonas onde são maiores os fluxos de mobilidade social, movimentos de curto alcance, ascendentes e descendentes, que, apesar disso, servem de tampão ou de almofada que consegue esbater os conflitos estruturais. Uma das maiores dificuldades de uma sociedade meritocrática prende-se com a capacidade dos estratos privilegiados usarem os seus privilégios e o poder que deles emana para estabelecerem indicadores de “mérito” consentâneos com os seus próprios critérios e interesses, ou seja, quanto mais nos aproximamos dos estratos superiores da pirâmide social mais constatamos a dificuldade crescente de atravessar as barreiras que protegem os patamares de cima¹⁴.

A tipologia que utilizei para comparar a estrutura de classes dos quatro países considerados, obedece na sua génese a postulados teóricos de base marxista. Pressupõe, em síntese, que entre diferentes conjuntos que controlam determinados recursos combinados entre si (propriedade, qualificações e autoridade), existem não apenas desníveis, mas também oposições de interesses, beneficiando uns a expensas de outros.

insignificantes.

¹⁴ Esta linha de análise continua actual como inúmeros estudos têm mostrado (Esping-Anderson, 1992; Butler e Savage, 1995; Crompton, 1997; Marshall, 1997).

Como atrás expliquei, não se trata de usar o modelo de análise num sentido determinista, mas tão só de com ele dar visibilidade a segmentações, clivagens e lutas que vêm ocorrendo na sociedade, não apenas entre classes dominantes e trabalhadoras, mas no próprio interior dos assalariados. Ao cruzar as seis categorias de classe da tipologia com as atitudes e subjectividades face às oportunidades, à percepção dos conflitos de interesses ou ao posicionamento dos indivíduos numa dada posição da estratificação, não apenas se verificaram regularidades vinculadas às categorias de pertença, mas simultaneamente constatou-se que as atitudes obedecem a uma lógica de *puzzle* em recomposição, no qual as assimetrias da percepção parecem desenhar-se sobre uma diversidade de trajectórias e de recursos mobilizáveis, traduzindo-se em identificações e posicionamentos subjectivos diferenciados, perante os vários fenómenos sociais com que os inquiridos foram confrontados.

Das comparações efectuadas sobressaíram, pois, diversas lógicas, umas mais desconexas outras mais consistentes, que além de reflectirem diferentes condições de classe e experiências, exprimem também, no quadro mais geral das sociedades comparadas, as condições estruturais e modelos de desenvolvimento perseguidos por cada uma delas. Os dois países mais desenvolvidos, Suécia e Canadá, espelham tendências que é possível relacionar com o estatuto que detêm de sociedades avançadas, mas onde se notou também as variações ligadas, no primeiro caso, à maior presença do Estado e a uma população mais envelhecida, e no segundo, à maior força do mercado e da competitividade no emprego. Os outros dois países, Portugal e República Checa, posicionados numa situação de desenvolvimento intermédio, ou mesmo de periferia da Europa, denotam, tanto em termos das estruturas sociais como na esfera das atitudes e representações, tendências mais contraditórias e complexas, sem dúvida resultantes dos processos de rápida transformação social e de mudança político-institucional por que passaram num período histórico recente.

Referências Bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais Numa Região do Noroeste*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Almeida, João Ferreira de *et al.* (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, in António Reis, (coord.), *Portugal – 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Paris: Minuit.
- Burawoy, Michael e János Lukács (1992), *The Radiant Past: Ideology and Reality in Hungary's Road to Capitalism*. Chicago: Chicago University Press.

- Butler, Tim and Mike Savage (eds.) (1995), *Social Change and the Middle Classes*. Londres: UCL Press.
- Cabral, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Costa, António Firmino da *et al.* (1990), “Estudantes e Amigos - Trajectórias de Classe e Redes de Sociabilidade”, *Análise Social*, vol. XXV, nº 105/106.
- Crompton, Rosemary (1997), “Diferença sexual e análise das classes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 49.
- Dahrendorf, Ralf (1982) [1959], *As Classes Sociais e os seus Conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Eder, Klaus (1993), *The new Politics of Class — Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*. Londres: Sage.
- Erikson, R. e John Goldthorpe (1992), *Constant Flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford: Claderon Press.
- Esping-Andersen, Gøsta (1993), *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*. Londres: Sage/ISA.
- Estanque, Elísio (1993), “Poder, trabalho e cultura local na indústria do calçado” in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal – Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento.
- Estanque, Elísio (1997), “As classes sociais na sociedade portuguesa – um estudo apoiado no modelo de Erik Olin Wright”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49.
- Estanque, Elísio e José Manuel Mendes (1998), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal – um estudo comparativo*. Porto: Afrontamento.
- Giddens, Anthony (1975), *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Goldthorpe, John (1969), *The Affluent Worker*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Goldthorpe, John (1980), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Clarendon Press.
- Goldthorpe, John (1995), “The service class revisited”, in Tim Butler e Mike Savage (eds.), *Social Change and the Middle Classes*. Londres: UCL Press.
- Hofstede, Geert, (1980), *Culture’s Consequences: International Differences in Work-Related Values*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Jessop, Bob (1990), *State Theory: Putting Capitalist State in its Place*. Cambridge: Polity Press.
- Lockwood, David (1966) [1958], *The Blackcoated Worker: A Study in Class Consciousness*. Oxford: Clarendon Press [1ª Edição: Londres: Allen & Unwin].
- Marshall, Gordon (1997), *Repositioning Class: Social Inequality in Industrial Societies*. Londres: Sage.
- Offe, Claus (1984), *Contradictions of the Welfare State*. Cambridge: MIT Press.
- Offe, Claus (1985), *Disorganized Capitalism*. Oxford: Polity Press.
- Parkin, Frank (1968), *Middle Class Radicalism*. Manchester: Manchester University Press.
- Parkin, Frank (1978), *Class Inequality e Political Order*. Londres: Granada Publications.
- Parkin, Frank (1979), *Marxism and Class Theory: a bourgeois critique*. Londres: Tavistock.
- Poulantzas, Nicos (1974), *Les Classes Sociales dans le Capitalisme d’ Aujourd’ hui*. Paris: Seuil.
- Santos, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice - O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Tocqueville, Alexis de (1988) *De La Democracie en Amérique*, in M. Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas. I Vol. – Os fundadores e os clássicos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian [1ª ed. 1888].

Vala, Jorge, (1986), “Sobre as representações sociais – para uma epistemologia do senso comum”,
Cadernos de Ciências Sociais, n° 4.

Wright, Erik Olin (1981), *Classe, Crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar.

Wright, Erik Olin (1989), *Classes*. Londres: Verso.

Wright, Erik Olin (1997), *Class Counts*. Cambridge, Cambridge University Press.